



A tribuna
Quinta-feira, 29 de Abril de 2010

Crimes de maio 2006 Última parte

Quando a decisão de uns fere os direitos da sociedade

Para especialistas, as ações dos grupos de extermínio atentam contra direitos fundamentais do indivíduo e ameaçam a democracia

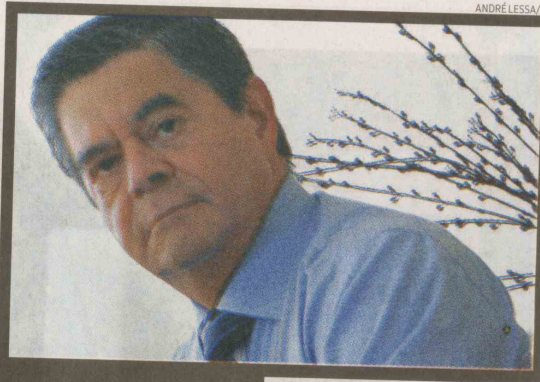
RENATO SANTANA
DA REDAÇÃO

Para o triunfo do mal só é preciso que os bons não façam nada. A frase, tomada de Edmund Burke, estadista e pensador britânico, simplifica o raciocínio de um ex-policial para explicar as ações criminosas dos grupos encapuzados. A dúvida que fica, entretanto, é como esse caminho, feito de impunidade e de problemas sociais agudos, pode enfraquecer o processo democrático brasileiro ceifando direitos fundamentais.

O coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo, José Vicente da Silva Filho, não acredita que ações de grupos de extermínio atentem contra a democracia. Para ele, que foi secretário Nacional de Segurança Pública entre julho e dezembro de 2002, é preciso evitar os exageros: "A corregedoria é muito severa com ações policiais à margem da lei".

Já Alba Zalvar, antropóloga da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pensa diferente: grupos encapuzados matando pelas periferias não favorecem ao Estado e atentam, sim, contra a democracia. "De um lado, são esses grupos executando, aplicando a sentença de morte. De outro, são os chamados *Tribunais do Crime*, mantidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). É lamentável".

Os crimes estão em alta: entre os dias 18 e 26 deste mês, 23 mortes de autoria desconhecida, além de quatro...



"O policial não pode mexer na cena do crime. Claro que não pode também haver omissão de socorro, mas atrapalhar o trabalho da perícia merece punição. Essa é a base para acabar com a impunidade".

José Vicente da Silva, coronel da reserva

morros quanto os grupos de narcotraficantes. A antropóloga Alba Zalyar, entretanto, não vê diferença entre os grupos paulista e carioca.

"A única (diferença) é que a milícia é corrupta, mas também age como grupo de extermínio, ou seja, atua à margem da lei (...) não favorece o Estado", afirma. Para ela, o assunto não foi tratado pelos últimos governos.

SOBRE TESTEMUNHAS

O promotor Alexandre atuou no Ministério Público da Baixada Santista na época do *Caso da Cavalaria*, ocorrido em fevereiro de 1999, quando três jovens foram mortos por policiais depois de saírem de um baile de Carnaval na Ilha Porchat, em São Vicente. A mortes ocorreram para ocultar o crime de abuso de autoridade.

23

homicídios ocorreram em Guarujá, Santos, São Vicente e Praia Grande entre os dias 18 e 26 deste mês. Todos muito semelhantes aos Crimes de Maio.

Medo

"A máfia italiana demorou 160 anos para ser atacada pela justiça. Só espero que no nosso caso (milícias e grupos de extermínio) não leve

Clipping Diário

continuação



A tribuna
Quinta-feira, 29 de Abril de 2010

(milícias e grupos de extermínio) não leve tanto tempo”

Alba Zayar, antropóloga

17

dias foi o tempo que a polícia levou para encontrar os corpos dos três garotos mortos no Caso da Cavalaria, em 1999. Os policiais responsáveis pelas mortes estão presos.

Os crimes estão em alta: entre os dias 18 e 26 deste mês, 23 mortes de autoria desconhecida, além de quase uma dezena de tentativas de homicídio, ocorreram nas cidades de Santos, Guarujá, São Vicente e Praia Grande. As características são as mesmas: motos e homens encapuzados.

Para a antropóloga, a lentidão da Justiça e a falta de investigação de crimes que envolvem a população mais pobre deixam o sentido de justiça abalado. O comparativo é feito com base no Caso Isabella. A menina de cinco anos foi morta em março de 2008, depois de ser agredida e atirada pela janela do sexto andar do residencial que morava com o pai e a madrasta, julgados e culpados pelo crime.

O caso, na opinião de Alba, teve uma investigação perfeita em comparação com os crimes que ocorrem nas favelas e periferias. “O sistema de justiça é desigual. Isso é um problema que só será resolvido com mudanças profundas”.

As ações de grupos de extermínio, de acordo com os inquéritos da Defensoria Pública de Santos e São Vicente, não sofrem investigações mais severas justamente porque os locais dos crimes não são preservados.

Atuando na Zona Norte de São Paulo, região onde ocorreu

merece punção.
Essa é a base para acabar com a impunidade”.

José Vicente da Silva, coronel da reserva

o assassinato da menina Isabella, além de dezenas de vítimas dos grupos de extermínio – entre elas um coronel da PM que investigava a ação desses grupos –, o promotor Alexandre Pereira salienta que a falta de investigações mais qualificadas para crimes cometidos por encapuzados atrapalha a identificação dos culpados.

“Sabemos que policiais compõem esses grupos. Tudo leva a crer. No meu íntimo eu sei disso. O problema é o levantamento de provas e isso só acontece quando a investigação é perfeita”.

SOBRE MILÍCIAS

A razão que leva Alexandre a acreditar na participação de policiais nestes crimes baseia-se em fatos. Cita como exemplo uma declaração comum das testemunhas: as motos utilizadas pelos assassinos são do mesmo modelo das usadas pela Polícia Militar. “Alguns policiais compram o mesmo tipo de motocicleta para poder trocar peças”, explica.

Se, em São Paulo, prender os culpados é algo tão difícil quanto eliminar esse tipo de crime, no Rio de Janeiro é pública a informação de que policiais e ex-policiais fazem parte das milícias. Juntas, controlam tantos

SOBRE TESTEMUNHAS

O promotor Alexandre atuou no Ministério Público da Baixada Santista na época do Caso da Cavalaria, ocorrido em fevereiro de 1999, quando três jovens foram mortos por policiais depois de saírem de um baile de Carnaval na Ilha Porchat, em São Vicente. A mortes ocorreram para ocultar o crime de abuso de autoridade.

Os quatro policiais, pertencentes ao Regimento de Cavalaria 9 de Julho, de São Paulo, foram expulsos da corporação e condenados a pena máxima.

“Para a Polícia Militar não é bom ter policiais assim. No Caso da Cavalaria, a Corregedoria da PM teve o mérito do processo porque foi atrás (os corpos dos garotos foram encontrados 17 dias depois em um manguezal em Praia Grande)”.

Nesse crime, o envolvimento de policiais foi confirmado por testemunhas, o que ocorre com os assassinatos praticados por grupos de extermínio, mas com muitas dificuldades. O medo acaba impedindo declarações mais enfáticas que apontam o envolvimento de policiais.

Alexandre lembra que o Estado tem um aparato de proteção para testemunhas, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Mesmo assim, ainda é pouco eficiente no sentido de levar confiança para quem pode tirar um inquérito do caminho do arquivamento.

“A máfia italiana demorou 160 anos para ser atacada pela Justiça. Só espero que no nosso caso não leve tanto tempo”, disse Alba.



ALEXSANDER FERRAZ - 2/3/10



O PAM da Rodoviária é uma das unidades de saúde de Guarujá com maior movimento de pacientes

Guarujá discute serviço de saúde

Audiência pública analisa balanço de seis meses, na Câmara

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Guarujá fará amanhã, às 14h30, audiência pública da Saúde. A reunião será no plenário da Câmara, na Avenida Adhemar de Barros, 1.660, Jardim Santa Maria. O secretário da pasta, Marco Antônio Barbosa dos Reis, explicará o desempenho do setor.

A Secretaria Municipal de

Saúde vai apresentar os relatórios sobre o montante e a fonte de recursos aplicados no atendimento à população. Ainda será exibida a produção de serviços na rede municipal de Saúde durante outubro, novembro e dezembro de 2009 e o primeiro trimestre deste ano.

Segundo a Prefeitura, a mudança da Câmara de Guarujá

para um novo prédio impossibilitou a apresentação do relatório sobre o quarto trimestre em audiência pública. Segundo instruções do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo a prestação de contas deve ser feita na sede do Legislativo. Por este motivo a audiência de amanhã terá números de dois relatórios.



*A tribuna
Quinta-feira, 29 de Abril de 2010*

Guarujá tem 2 casos suspeitos

■■■ Guarujá tem dois casos suspeitos de terem contraído a gripe A H1N1 este ano. Uma criança e um adulto estão sendo investigados pela Vigilância Epidemiológica do Município. Atualmente, ambos já foram devidamente medicados, passam bem e estão sendo tratados em casa.

A assessoria de imprensa da Prefeitura informou que aguarda o resultado dos exames, que estão sendo analisados pelo Instituto Adolfo Lutz, na Capital.

Ainda não há previsão de quando a resposta dos testes desses pacientes será encaminhado à Secretaria Muni-

pal de Saúde. Um outro caso suspeito deste ano foi descartado.

Além de Guarujá, São Vicente também registrou duas notificações da doença, em março. No entanto, após investigação da Vigilância Epidemiológica, os casos foram descartados.

29

abril

Dia Internacional
da Dança



ARTIGO

Ciro, galhos e raposas

■ LUIS CARLOS ROMAZZINI
Vereador e professor em Guarujá
Colaborador

Traz uma antiga história, entre uma raposa ao pé da árvore e um suculento galo em um dos galhos, quando a astuta raposa lhe dá a boa nova: 'Ei, seu galo, desça desse galho, não mais existe entre nós essa história de cadeia alimentar, somos todos irmãos'. O galo, que suspeito seja mineiro, lhe respondeu: 'pois bem, espere a matilha da cães chegar, que descerei para nos confraternizarmos'. A raposa, mais que depressa, deu o fora.

Ciro, desceu do galho da política cearense, onde vivia e convivia aos beijos com tucanos, petistas e outras espécimes da política. Lá, era um galo tão forte que impunha respeito, mudava de galhos, em tempo, de partidos, e tudo ia bem. Até no quintal de casa punha ordem. De repente, outros frangotes: seu próprio irmão tornou-se governador. No Senado, um arranjo caseiro deu-lhe paz com a antiga dona da pensão. E assim se foi. Mas, como mandatos têm prazo de validade, chegou a hora de renovar o seu, ao qual, em suas próprias palavras, não mais agüenta ficar.

Depois de tantos 'saracuteios', inclusive com mensagens dúbias de seu próprio partido, simbolizado por uma pacífica pomba branca, tentou aportar nos galhos paulistas, cheios de tucanos, petistas, pepistas, demos e outras espécimes, que até mesmo a pom-

ba branca tem asas azuis e bico grande, nesse saco de gatos, digo, aves. Viu, cada vez mais, suas reservas de grãos mirrarem a cada dia, ao ponto da senadora Marina Silva tocar-lhes os esporões nas pesquisas eleitorais, o que foi determinante para o deblache total.

Dizem que 'em briga de jacu, nhambu não pia', mas vou piar. A reunião do PSB em Brasília foi mais uma daquelas missas de corpo presente, mas com o indivíduo vivo. Ainda bem que *Ciro* não foi. Não lhe seria fácil ver viúvas chorarem com a metade do rosto, pois a outra era de largos sorrisos pelo seu espólio político.

Ciro não deve ter servido ao Exército. Digo isto, pois, nas operações de ocupar campos de guerra em progressão existem três perguntas: para onde vou, como vou e quando vou? Na política, há uma quarta: com quem vou? Poderia ter mirado num tucano-galo-mineiro, que, por mais que diversas raposas o chamassem, não desceu do galho. Assistirá, em belo poleiro, o tenebroso vôo do tucano-mor de São Paulo. Receberá o tapete vermelho em seu vôo ao Senado e, de lá, por ser ainda jovem, ficará preparando a garganta para tentar um canto nacional. Mas, o *Ciro* é jovem, se perdeu um pouco das penas. Agora ainda é tempo, talvez até para jogar um xadrez e perceber que não dá para ficar sem uma torre por perto, no caso um poleiro forte e rijo, pois a política é a arte de moer gente, mas diferentemente das moendas de cana, nela não se pode sobrar nem o bagaço.

Ele verá que ainda é tempo. Que não basta engolir sapos, barbudos ou não. E, por falar em sapos, que o mesmo pula por pura necessidade, e a velocidade é ditada pela aproximação das cobras. Xii, falei em cobras. Na política, sobram venenos, então paro por aqui.

COMBATE À DENGUE

GUARUJÁ

Santa Rosa conterá com nebulização a partir de terça

Os trabalhos dos veículos nebulizadores de combate à dengue acontecem na próxima terça-feira, dia 4, e quarta-feira, dia 5, e prosseguem nos dias 11, 12, 18, 19, 25 e 26 de maio, no bairro Santa Rosa, em Guarujá. A princípio, o serviço se iniciaria no dia 26 de abril, mas a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) adiou a data devido à probabilidade de chuvas.

A nebulização passará quatro vezes no mesmo local, lançando fumaça inseticida no ar, com o objetivo de matar o mosquito adulto. De acordo com a Sucen, o trabalho será realizado à noite, das 19 às 22 horas. Já as larvas devem ser combatidas em casa pelos moradores, com a retirada dos criadouros.

A recomendação do Controle de Endemias, durante a aplicação do inseticida, é que os moradores abram portas, janelas e box do banheiro, levistem as colchas da cama, cubram alimentos e bebedouros de animais. Não é recomendando que as pessoas fiquem nas ruas durante a passagem da viatura. Em caso de intoxicação, um médico deverá ser consultado.

BOA SORTE
www.caixa.com.br Loterias

Quina - 2281

33 - 41 - 52 - 56 - 75

Dupla Sena - 858



Farid é condenado e terá que devolver dinheiro ao município

Advogado de Farid disse que vai tentar anular a sentença. Ele tem até o dia 10 de maio para recorrer da decisão

Da Reportagem

O ex-prefeito de Guarujá, Farid Said Madi e a empresa GPV Locadora de Veículos Ltda. foram condenados pela Justiça a devolver aos cofres públicos os valores fixados irregularmente na contratação de serviços de locação no valor de R\$ 2.537.480 pelo aluguel de 88 veículos para atenderem às secretarias do Município durante 12 meses.

A condenação foi imposta no último dia 19, pelo juiz Rodrigo Barbosa Sales, da 2ª Vara Cível de Guarujá, na ação civil pública proposta pelos promotores André Luiz dos Santos, de Guarujá, e Cássio Roberto Conserino, em 2008.

Porém, segundo a assessoria jurídica do ex-prefeito Farid Madi, o juiz Rodrigo Barbosa Sales estaria impedido de proferir a sentença na medida em que existe uma exceção de suspeição pendente de julgamento (ação que aponta falta de isenção do juiz).

A assessoria jurídica alega que a sentença é nula e será apresentado o competente recurso para anular ou reformar a decisão e ainda salienta que nenhuma irregularidade foi praticada pelo ex-prefeito. "O juiz tomou uma série de decisões pre-

aluguel de 88 veículos para atenderem às secretarias do município durante 12 meses. A vencedora do pregão presencial nº028/2007 para três lotes foi a empresa GPV Locadora de Veículos LTDA., que tem sede na cidade de São Paulo.

Tal denúncia gerou uma série de acusações entre o ex-prefeito e o chefe do Legislativo. "É, no mínimo, uma imoralidade muito grande. As diferenças com uma tabela da mesma empresa são gritantes. Alguns casos chegam a uma diferença de mais de 100%", disse Pirani. Já Farid, acusou Pirani de superfaturar compras na Câmara. "Um pen-drive que custa no varejo R\$ 78,90 foi comprado pela Câmara no valor de R\$ 840. "Nós temos os orçamentos para comprovar", rebateu Farid.

Matéria publicada no dia 5 de abril de 2008, no jornal **Diário do Litoral**, mostrou que conforme a tabela da própria empresa contratada pela Prefeitura, a qual o DL teve acesso, o município de Guarujá poderia ter poupado 33,5% do valor desembolsado, ou seja, R\$ 850.209, no contrato firmado.

Em todos os três lotes que compõem o contrato, os preços pagos pela Prefeitura, relativos ao aluguel dos veículos, estavam acima da ta-

ser, 2006/2007, uma Fiat Van Ducato, 2006/2007 e cinco Kombis STD 2007. O valor deste lote, segundo a Ata de Registro de preço é de R\$ 629.625,00. Caso os preços das diárias estivessem de acordo com a tabela da GPV, o total poderia ter sido de R\$ 317.549.

No caso do Lote 3, para veículos utilitários, a Prefeitura pagou R\$ 1.172.015 em 38 Kombis STD 2007. Se a tabela tivesse sido seguida, o valor gasto teria sido de R\$ 924.666.

Se a Prefeitura Municipal de Guarujá tivesse pago o preço de tabela, os R\$ 850.209 economizados pela Administração poderiam custear todo o primeiro lote do contrato, ou seja, 35 carros Fiat Uno Mille e dois Vectra Sedan por um ano. Ainda assim, restariam nos cofres públicos R\$ 114.369.

Video denuncia fraude

Na época, a reportagem do DL teve acesso a um vídeo, gravado com uma câmera escondida, onde um homem que fazia um orçamento de locação de carros na GPV, perguntava ao gerente comercial da empresa, identificado como Jaime, se era possível superfaturar o aluguel dos veículos. Segundo Jaime, "se não for campanha política, o assunto é bem simples de se resolver".

06 DL Polícia Pai de Isabella tem nomes de suspeitos, diz advogado

Detalhe do que sua cliente acredita que alguns policiais possam fazer

DL 06 DL Polícia



DL 06 DL Polícia

Promotor quer acareação de pai e madrastra detidos

DL 06 DL Polícia

GOE faz diligência na Prefeitura de Guarujá

DL 06 DL Polícia

Polícia Civil prende rapaz por tráfico em VC

DL 06 DL Polícia

DL 02 DL Cidades Farid rebate denúncias; Pirani lança desafio

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades Greve diz começa hoje e recusa pedido

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades Greve continua e chega hoje ao 20º dia

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades O DL denunciou com e suposto contrato supe

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades "Dá para f

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

DL 02 DL Cidades

REPRODUÇÃO

continuação



taria impedido de proferir a sentença na medida em que existe uma exceção de suspeição pendente de julgamento (ação que aponta falta de isenção do juiz).

A assessoria jurídica alega que a sentença é nula e será apresentado o competente recurso para anular ou reformar a decisão e ainda salienta que nenhuma irregularidade foi praticada pelo ex-prefeito. "O juiz tomou uma série de decisões precipitadas contra o Farid. Ele sempre foi jocoso nas decisões contra o ex-prefeito. Deu demonstrações visíveis disso, sempre tomou medidas que nos fez entender que ele não tem isenção. Ele condena o Farid sempre. Se o Tribunal de Justiça entender que nós temos razão o juiz será modificado e o processo será julgado novamente", alegou o advogado do ex-prefeito Farid Madi, Luiz Antonio Curi.

Segundo Curi, o juiz se antecipou para dar a sentença. "O juiz julgou antecipadamente e não ouviu as partes. Fez julgamento antecipado e não nos deu oportunidade de pedir prova e sentenciou de cara", disse.

O advogado do ex-prefeito afirmou que pretende entrar com recurso e anular a decisão do juiz. "(segunda-feira), fomos ao fórum e estamos preparando recurso. Eu tenho até o dia 10 de maio para recorrer, mas devo fazer isso até o fim dessa semana".

Entenda o caso

Em abril do ano de 2008, o então presidente da Câmara de Guarujá, Carlos Eduardo Pirani, denunciou ao Ministério Público um contrato de locação de veículos, segundo ele superfaturado, no valor de R\$ 2.537.480 pelo

5 de abril de 2008, no jornal **Diário do Litoral**, mostrou que conforme a tabela da própria empresa contratada pela Prefeitura, a qual o **DL** teve acesso, o município de Guarujá poderia ter poupado 33,5% do valor desembolsado, ou seja, R\$ 850.209, no contrato firmado.

Em todos os três lotes que compõem o contrato, os preços pagos pela Prefeitura, relativos ao aluguel dos veículos, estavam acima da tabela divulgada pela GPV. A diária, por exemplo, de uma S10 Blaser Diesel, completa, quatro portas, ano 2006/2007 sairia, conforme a tabela comercial da empresa, por R\$ 133,3. Conforme, porém, a Ata de Registro de Preços, assinada por 16 secretários municipais, além do prefeito Farid Madi, o valor diário pago por uma S10 Blaser foi de R\$ 350.

A Prefeitura também pagou, em um dos lotes, R\$ 62 pela diária de um Fiat Uno 2006/2007. A tabela da empresa, por outro lado, indica uma diária R\$ 32 mais barata.

Lotes e valores

A ata de registros para a aquisição dos veículos foi dividida em três lotes. O Lote 1, de veículos leves, garantia a utilização de 37 carros — 35 modelos Fiat Uno Mille, 4 portas, 2006/2007 e dois modelos Vectra Sedan, 4 portas, 2006/2007. O valor global deste lote custou R\$ 735.840. Se as compras tivessem sido realizadas com base na tabela divulgada pela empresa, o valor pago seria de R\$ 445.056.

O Lote 2 era referente a veículos adaptados para fiscalização. Foram cinco carros tipo Fiat Uno Mille 2006/2007, duas S10 Bla-

Vídeo denuncia fraude

Na época, a reportagem do **DL** teve acesso a um vídeo, gravado com uma câmera escondida, onde um homem que fazia um orçamento de locação de carros na GPV, perguntava ao gerente comercial da empresa, identificado como Jaime, se era possível superfaturar o aluguel dos veículos. Segundo Jaime, "se não for campanha política, o assunto é bem simples de se resolver".

Em entrevista ao **DL**, o gerente comercial da GPV, Jaime Alves de Faria, se defendeu. "São duas situações completamente diferentes. Para uma empresa privada, eu faço meu preço, até menor porque a responsabilidade é da contratante. Ela quem vai pagar eventual sinistro, franquia de roubo. Ao contrário da Prefeitura de Guarujá. Se alugar (para a Prefeitura) pelo preço do papel, eu pago para trabalhar", disse na época.

Porém, ao ser questionado pelo **DL**, sobre a possibilidade da GPV facilitar algum tipo de superfaturamento, como o diálogo do vídeo sugeriu, Jaime se contradisse. "É de praxe do mercado...

uma empresa privada a gente sempre repassa alguma coisa". A reportagem perguntou: "É de praxe?", mas desta vez ele negou. "Não, não, não é praxe, mas se pede, eu não nego". O **DL** insistiu: "Se pede, é comum, corriqueiro?". Jaime negou mais uma vez. "Não, não é corriqueiro", mas complementou. "Eu não tenho casos assim, mas se uma pessoa dessa vem, eu levo ao conhecimento do meu diretor. Se pode dar, dá", alegou Faria.

GOE na Prefeitura

Dois dias depois do Mi-



nistério Público (MP) receber denúncia sobre o suposto superfaturamento no aluguel de veículos para a Prefeitura de Guarujá, diligências foram feitas em uma garagem municipal, em Vicente de Carvalho, e no Paço Municipal. Viaturas do Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia Civil estiveram nos locais. Na época, o ex-prefeito ficou indignado com a ação dos policiais e do MP. "Quero registrar a minha indignação ao tratamento recebido pelo Ministério Público; fizeram um estardalhaço. Nunca recusamos documentos solicitados", afirmou Farid em entrevista ao **DL**, dia 7 de abril de 2008.

O ex-prefeito ficou tão revoltado que disse que entraria com uma representação junto à Corregedoria do Ministério Público repudiando a conduta dos promotores Cássio Conserino e André Luiz dos Santos. "Se couber uma queixa-crime contra os promotores nós vamos fazer, porque não é a primeira vez que esses promotores fazem isso na Câmara", afirmou.

Na época, o MP informou que não houve abuso de poder ou excesso na organização da operação, tampouco foi ela realizada de modo absurdo e violento.



AMANHÃ

OAB de Guarujá vai promover Ato pela Paz

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção de Guarujá, promove amanhã Ato pela Paz. A iniciativa é uma resposta da sociedade à onda de violência que atingiu o município nos últimos dias. O evento será realizado a partir das 20 horas, no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora das Graças, na Rua Padre Anchieta, 107, em Vicente de Carvalho.

De acordo com o presidente da OAB de Guarujá, Frederico Antônio Gracia, o ato deverá contar com a presença de representantes do Poder Público e da sociedade civil, além de lideranças religiosas. “Também convidamos o cônsul dos Estados Unidos, considerando que esse país aconselhou os seus cidadãos a evitarem viagens para o Guarujá e região”.